

ESCOLA DE ENFERMAGEM: ESTRATÉGIA PARA UMA FORMAÇÃO QUALIFICADA

Nursing School: strategy for qualified training

Natalie Aparecida Ferreira da Silva¹; Andressa P. de O. Q. Martins²; Mayara Rodrigues Piassa³; Renilde Ana Puschel de Alvarenga⁴; Giseli Cipriano Rodacoski⁵

1. Enfermeira. Especialista em Segurança do Trabalho, Gerente de Qualidade da Associação Beneficente São Francisco de Assis. Umuarama – PR, Brasil.
2. Mestre em Enfermagem, Docente da Universidade Paranaense. Enfermeira da Associação Beneficente São Francisco de Assis. Umuarama – PR, Brasil.
3. Enfermeira, Gerente de Enfermagem da Associação Beneficente São Francisco de Assis. Umuarama – PR, Brasil.
4. Administradora, Associação Beneficente São Francisco de Assis. Umuarama – PR, Brasil.
5. Giseli Cipriano Rodacoski Psicóloga. Mestre em Educação, Doutorado na linha de pesquisa Ensino na Saúde, Docente na Escola de Saúde Pública do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4837-9331>

CONTATO: Natalie Aparecida Ferreira da Silva | E-mail: qualidade@hospitalcemil.com.br

COMO CITAR Silva NAF, Martins APOQ, Piassa MR, Alvarenga RAP, Rodacoski GC. Escola de enfermagem: estratégia para uma formação qualificada. R. Saúde Públ. Paraná. 2019 Jul;2(Suppl 1): 62-69.



COPYRIGHT Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

RESUMO O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência com o planejamento de criação de um centro formador de profissionais técnicos de enfermagem. Sua concepção foi desenhada a partir do reconhecimento das dificuldades técnico-científicas enfrentadas pelos profissionais de enfermagem no campo de trabalho, sendo necessário melhorar a qualidade da formação, bem como os limites e carências observadas durante o processo de contratação. A criação do Centro de Educação Profissional São Francisco de Assis, caracteriza-se como um importante marco para a mantenedora, com elevado impacto na resolutividade e eficiência da assistência à saúde prestada. O relato descreve processo de trabalho do grupo para a criação do Centro Formador cujos preceitos são

qualidade educacional, interprofissionalismo, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, e valorização de todos os envolvidos no processo (alunos, professores, profissionais de saúde, gestores educacionais e institucionais), a fim de formar profissionais altamente qualificados.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Recursos Humanos em Saúde. Educação Continuada. Educação Técnica em Enfermagem.

ABSTRACT The objective of this article is to report the experience with the planning of creation of a training center for technical nursing professionals. It was designed based on the recognition of the scientific and technical difficulties faced by nurse technicians in their field of work, with the improvement of the quality of training being required, due to the the limits and lacks observed during the hiring process job. The foundation of the Professional Education Center São Francisco de Assis was an important milestone for the institution, with a high impact on the efficaciousness and efficiency of health care provided. The report describes the work process of the group for the creation of the Training Center, the principles of which are educational quality, and valorization of all the professionals involved in the process ((students, teachers, health care professionals, educational and institutional managers), in order to graduate highly skilled professionals.

KEYWORDS: Nursing. Human Resource in Health. Continuing Education. Technical Nursing Education.

INTRODUÇÃO

Educar é construir, é criar no sujeito a consciência da liberdade e a possibilidade de romper com o determinismo, assim, trazendo na educação o reconhecimento de um indivíduo que arquiteta e interfere na história e na realidade de hoje, do futuro e sensibilizar o ser humano contra os elementos desumanizadores¹.

Com base no modelo Freiriano é possível compreender o conceito de educação, como um processo que engloba todos os atores envolvidos discentes, docentes e corpo administrativo, visto

a necessidade de atuação de todos para formar profissionais pensantes e críticos em sua área de atuação.

A educação pode ser classificada em não formal e formal, sendo que a última deve ser regulamentada e formalizada por diploma ao aluno concluinte². A educação formal é disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, alterada pela Lei nº 11.741 de 2008, que define na Resolução nº 6 de 2012: "formação inicial e continuada ou qualificação

profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica, de graduação e de pós-graduação”³.

O Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 admite que a educação profissional técnica pode se articular com o Ensino Médio nas formas integradas, quando ambas as formações se dão no mesmo currículo e com uma única matrícula; subsequente, quando o estudante cursa a formação técnica posteriormente à conclusão do Ensino Médio; ou concomitante, quando ambas as formações são feitas ao mesmo tempo, porém em currículos e matrículas distintas – e, além disso, desenvolver um conjunto de conhecimentos, valores e habilidades que compõem o respectivo perfil profissional³.

No campo da Educação Formal, nos últimos 15 anos foram ampliados o número de instituições de ensino de saúde pública nos três níveis de gestão: estadual, municipal e federal. Essas instituições têm em comum a missão de formar quadros privilegiados para o sistema público de saúde⁴. No entanto tais profissionais podem migrar para o setor privado.

No Brasil foram criadas duas Portarias: a GM Nº 198/2004 e a GM Nº 1.996/2007, propondo que os processos de qualificação dos trabalhadores tomem como referência as necessidades e a realidade local de saúde, que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais e a própria organização do trabalho e que sejam, sobretudo, estruturadas a partir da problematização dos processos de trabalho no Sistema Único de Saúde – SUS⁵⁻⁶.

Considerando as contínuas inovações científicas e tecnológicas se faz necessário um processo de educação ao longo da vida profissional, em todas as áreas, não apenas na saúde. O processo de desenvolvimento

profissional e de carreira é fortalecido por meio de programas formais de Educação Continuada, caracterizado como um conjunto de atividades para a atualização do profissional, dando oportunidade de desenvolvimento do funcionário assim como a participação eficaz na rotina de trabalho⁷.

Para os profissionais da área da saúde o Ministério da Saúde (MS) instituiu em 2004 a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, caracterizada pela indissociação do ambiente de trabalho do aprendiz/profissional. Ela corresponde ao aprendizado no ambiente de trabalho, ligada ao cotidiano, realizada a partir dos problemas enfrentados, levando em consideração o conhecimento e experiência dos funcionários, com o objetivo de transformar as práticas profissionais e a organização do trabalho⁸.

As bases legais que legitimam a ação do MS para a implementação dessa Política estão expressas no artigo 200, inciso III da Constituição Federal, que estabelece como uma das atribuições do SUS: ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde⁹.

Assim, se faz necessária a formação de nível técnico para que trabalhadores da saúde desenvolvam habilidades com humanização no cuidado e conhecimentos político-sociais acerca de sua profissão².

Depreende-se, portanto, uma interface entre a gestão da saúde e da educação para ações de ensino. Nesta interface, ficam inseridos os acordos para concessão de campo de estágio, são valorizados os profissionais capazes de articular teoria e prática, e mais além, justifica-se a motivação para certificação de instituição de assistência à saúde como instituições de ensino formalmente constituídas, a exemplo dos

Hospitais-Escola, credenciados pelo atendimento de critérios definidos em Portarias Ministeriais¹⁰⁻¹¹.

Existem parcerias entre as instituições educacionais de assistência à saúde, que vão desde a oferta dos cenários de prática, coordenados pelas Instituições de Ensino, até a formalização de um compromisso da gestão da saúde ao assumir o protagonismo na proposição e coordenação da educação de profissionais da saúde.

Dessa forma, este artigo pretende relatar a experiência de um Hospital com a gradativa responsabilização pela educação na Instituição, desde os primeiros estágios acadêmicos até a proposta de criação de uma Escola de Saúde formalmente constituída.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Umuarama está localizado no noroeste do Estado do Paraná, a 580 km da capital Curitiba. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) há uma estimativa de 110.590 habitantes no ano de 2018, ocupando a posição de décima oitava cidade mais populosa do estado¹².

É ainda sede da 12ª Regional de Saúde, que abrange 21 municípios, com uma população de aproximadamente 257.040 habitantes¹³. Em termos financeiros, a média em 2016 era de 2.1 salários mínimos, com uma taxa de 32% de pessoas ocupadas em relação à população total¹². Nessa mesma época, a rede de hospitais que atuava na urgência e emergência no SUS, em regime de escala de plantão, era constituída de 03 hospitais, Associação Beneficente São Francisco de Assis, Associação Beneficente de

Saúde do Noroeste do Paraná (NOROSPAR), Instituto Nossa Senhora Aparecida, e foi apenas em 2017 que o hospital UOPECCAN passa a atender também em regime de escala nas urgências e emergências.

Além dos polos hospitalares, o município conta com uma série de clínicas privadas, bem como o atendimento pelo SUS. A Secretaria Municipal de Saúde atua com 24 unidades de saúde, das quais 18 são equipes de saúde da família, 1 (um) Centro de Referência Materno e Infantil, 1 (um) Pronto Atendimento e 1 (um) Centro de Especialidades Médicas.

A história da Associação Beneficente São Francisco de Assis é a do Hospital CEMIL, que teve início em 10 de abril de 1978, e os médicos Hyzo Gondeberto dos Santos e Arlindo Salvador foram os fundadores do Hospital CEMIL - Centro Materno Infantil Ltda. Em 1981, iniciou-se a construção da sede atual localizada na Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 3.415, que foi inaugurada em 06 de março de 1986. No ano de 2014, o hospital passa a atender também como filantropia e atuar como Associação Beneficente São Francisco de Assis.

Atualmente atende com estrutura moderna de sete mil metros quadrados, equipamentos de alta tecnologia, 139 leitos divididos em duas unidades de terapia intensiva, uma para adulto e uma infantil/neonatal, pronto-socorro, centro cirúrgico e alas de internação clínica e cirúrgica.

Tem como Missão: atuar no campo da medicina com integração multiprofissional, realizando atendimentos que prezam o respeito e a valorização das pessoas em prol do "amor pela vida", como visão: Ser reconhecido como centro de referência na saúde hospitalar, prezando pela qualidade e excelência no atendimento aos pacientes e como valores: Competência, ética,

humanização, integridade e responsabilidade social.

Dessa forma, busca por resultados para a sociedade, como aumentar a percepção quanto à inovação tecnológica, qualificação profissional e perspectiva de gestão na formação de novos profissionais técnicos, capacitados em conteúdo teórico e prático, para atender o indivíduo em todas as suas necessidades no processo saúde doença, em todas as etapas, prevenção, promoção, recuperação e reabilitação, no que tange a formação técnica em enfermagem.

A busca por qualificação, bem como a necessidade de profissionais com formação em nível técnico na área da saúde cresce substancialmente no município, o que determinou a expansão do campo de atividade da Instituição abarcando a formação de novos profissionais para a saúde, além da atividade tradicional no campo da assistência hospitalar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O hospital demonstra vocação para a área de ensino desde o ano de 2004 com o início das ofertas de campo de estágios para os cursos de graduação e de nível técnico, e no ano de 2014 iniciou a residência em Clínica Médica, sempre com a preocupação da formação qualificada dos profissionais buscando a visão do ser humano como único e a humanização no cuidado.

O município dispõe atualmente de 3 (três) centros de formação que oferecem o curso de Técnico de Enfermagem, os quais formam juntos cerca de 200 técnicos de enfermagem ao ano, e em levantamento não oficial observou-se que

cerca de 60% dos alunos inscritos residem em outros estados e municípios, justificando parte das dificuldades na contratação de profissionais, sendo que após concluírem o ensino regressam à cidade de origem.

Após diversas discussões entre a Gerência de Enfermagem e Direção da Instituição, houve levantamento de custos para capacitação do profissional formado para melhorar o desempenho em todos os níveis de atenção e valores gastos com erros, verso valor para formar o novo profissional.

Desta forma, concluiu-se assim que a formação obteria maior benefício financeiro, sobre as dificuldades vivenciadas na contratação de técnicos de enfermagem que atendessem as necessidades da instituição, bem como possíveis estratégias para melhorar a qualidade da formação desses profissionais, considerando os limites e carências observados durante o processo de contratação, chegou-se à idealização de atuar desde a formação do profissional que se almeja contratar, promovendo os valores e a missão Institucional desde a formação.

A imagem de futuro passa a ser o objetivo da gestão: um Centro de Educação Profissional denominado São Francisco de Assis, administrado pela mantenedora Associação Beneficente São Francisco de Assis, com o intuito de formar profissionais qualificados, mediante as necessidades perceptíveis de técnicos de enfermagem. A ideia conceito é a valorização de todos os envolvidos no processo (alunos, professores, profissionais de saúde, gestores e usuários), a fim de formar profissionais altamente qualificados para o mercado. Em médio prazo espera-se que a escola tenha o reconhecimento do curso técnico. Para isso, buscar-se-á investir

em infraestrutura, planejamento e professores capacitados, que possam contribuir ativamente no processo.

Para a implementação do Projeto, logo depois de sua idealização, foi definido um Grupo de Trabalho – GT e realizada a contratação de uma enfermeira profissional para coordenar o Projeto. A tarefa inicial era estudar a viabilidade, identificar legislação e normas técnicas a serem seguidas para então definir um cronograma de atividades.

A primeira ação do GT foi buscar informações sobre bases legais e normas técnicas para criação de uma Escola de Ensino Técnico ou Centro de Educação Profissional, por meio de uma consulta ao Núcleo de Educação Regional – Secretaria de Estado da Educação do Paraná. A visita resultou em orientações as quais o GT tomou como objeto de trabalho e planejou uma agenda estratégica a fim de dar andamento ao projeto.

Para fundamentar a proposta foi feito um resgate histórico e documental da vocação do Hospital para o ensino, registrando toda a trajetória desde sua fundação que apontasse o compromisso com o ensino como um valor Institucional.

Na sequência, conforme orientação do Núcleo de Educação, foram observadas as legislações que dispõem sobre a infraestrutura necessária Estrutura/Regimento (CNPJ, alvarás de funcionamento – bombeiro e vigilância sanitária – estrutura montada, insumos, equipamentos e acervo bibliográfico) e o Projeto Político Pedagógico instruídos nos Manuais de Procedimentos para os Atos Regulatórios das Instituições de Ensino do Sistema Estadual de Ensino do Paraná¹⁰⁻¹¹.

O Grupo buscou exemplos de Escolas já instituídas, em funcionamento, consideradas referência. Deu-se início à elaboração do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar. O Projeto evidenciava a vinculação do ensino com as necessidades de saúde da população, estratégias de ensino-aprendizagem, de avaliação, formas de ingresso de alunos e docentes, carga horária e programa do Curso, convênios com outras instituições, perfil desejado do egresso, formalidades de matrícula e certificação. Após a elaboração do Projeto Político Pedagógico está planejado o início da redação do Regimento Escolar que também deve ser submetido ao Conselho Estadual de Educação.

Outra etapa concluída foi o aluguel do imóvel que corresponde ao espaço físico necessário e a realização das reformas de modo a atender legislação em vigor, Resolução nº 318/02-SESA¹⁴ que "estabelece as exigências sanitárias para instituições de ensino fundamental, médio e superior, bem como cursos livres no Estado do Paraná".

Paralelamente ao trabalho da Coordenadora de Ensino e do Grupo de Trabalho nomeado para esta tarefa, o Conselho de Administração da Mantenedora, por meio de sua assessoria jurídica, trabalha na mudança do Estatuto para acrescentar Educação como objeto de atuação no regimento da mantenedora.

Concluída a fase de viabilidade legal, o processo é submetido ao Núcleo Regional de Educação e posteriormente ao Conselho Estadual de Educação com a expectativa de receber autorização de funcionamento.

Fase de Viabilidade Legal:

- Estatuto da Mantenedora, Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno, Imóvel

adequado, Vistorias concluídas e emissão de alvará pelo Corpo de Bombeiros e Alvará de Licença Sanitária.

Fase de Recursos para Funcionamento:

- Orçamento e aquisição de livros, computadores;

- Finalização dos pedidos do material didático;
- Levantamento dos materiais e insumos necessários.

| AÇÃO | FASE DA EXECUÇÃO | PRAZO |
|--|------------------|---------------|
| Formação do grupo de trabalho | Concluída | Não se aplica |
| Contratação do enfermeiro coordenador (titulação mínima exigida: mestrado) | Concluída | Não se aplica |
| Estudo da viabilidade, legislação e normas técnicas | Concluída | Não se aplica |
| Consulta ao Núcleo de Educação | Concluída | Não se aplica |
| Infraestrutura para locação | Concluída | Não se aplica |
| Confecção do Regimento da Escola | Concluída | Não se aplica |
| Solicitação dos Alvarás de funcionamento – Corpo de Bombeiro e Licença Sanitária | Em andamento | 60 dias |
| Licitação de insumos, equipamentos e acervo bibliográfico | Em andamento | 30 dias |
| Projeto Político Pedagógico | Concluído | Não se aplica |
| Regimento Escolar | Em andamento | 30 dias |
| Mudança do Estatuto da mantenedora | Concluído | Não se aplica |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Centro de Educação Profissional São Francisco de Assis visa formar profissionais altamente qualificados para atuação em equipes multiprofissionais, em um modelo de atenção articulado em redes de atenção, para, assim, melhor atender as necessidades de saúde da população.

Considerando as especificações da

resolução vigente, a educação profissional técnica de nível médio subsequente deve propiciar aos estudantes conhecimentos teórico e prático, capacidades e competências profissionais, que são fundamentais ao exercício profissional, oferecendo assim uma formação humana integral, onde docente e discente não são apenas partes integrantes, mas também fundamentais no processo de formação.

As práticas educativas assumem

importante papel referente ao compromisso que os profissionais, gestores institucionais e coordenadores do Centro de Educação devem assumir em se tratando da formação contínua e capacitação profissional.

Conclui-se, assim, que a maior perspectiva para a sociedade é somar a tradição em excelência da equipe multiprofissional da mantenedora, na formação dos novos técnicos em enfermagem, propiciando a eles durante o processo vivenciado a visão dos discentes, cada um em seu campo de atuação, bem como seus conhecimentos técnicos e científicos.

A proposta ainda, é que durante o curso os alunos possam, por meio de metodologias dialógicas, vivenciar a rotina de técnicos experientes para oportunizar aprendizagem colaborativa entre pares, e que esta vivência tenha efeito também de disparar processos de educação permanente em serviço para benefício dos profissionais em exercício, transformando assim o *know-how* adquirido durante 40 anos na assistência em saúde em um cenário potente para a educação na saúde.

REFERÊNCIAS

- Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Pereira I.B., Ramos M. N. Educação Profissional em Saúde. 20 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006 . 120 p (Coleção Temas em Saúde). Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=LePpAgAAQBAJ&pg=PA57&lpg=PA57&dq=isabel+RETSUS&source=bl&ots=li9zeMmW9f&sig=52vH3Zg1v-u1oIFYrJvutXn82c&hl=pt-R&sa=X&ved=2ahUKEwirnoy40tzeAhUDDpAKHWuxB70Q6AEwDXoECAkQAQ#v=onepage&q=isabel%20RETSUS&f=false> Acessado em 20 de novembro de 2018.
- LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.
- Cardoso MLM et al. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. Ciênc. e Saúde Coletiva [online]. 2017, vol.22, n.5, pp.1489-1500. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.33222016>. Acessado em 18 de outubro de 2018.
- Brasil. Portaria nº 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União 2004; 13 fev.
- Brasil. Portaria nº 1.996 GM/MS, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União 2007; 20 ago.
- Cunha AC, Mauro MYC. Educação continuada e a norma regulamentadora 32: utopia ou realidade na enfermagem? Rev. Bras. Saúde ocup. 2010; 35 (122): 305-313.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acessado em 19 de outubro de 2018.
- Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Manual de Procedimentos para os Atos Regulatórios das Instituições de Ensino do Sistema Estadual de Ensino do Paraná; volume I. 2014. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Manuais/MANUAL_VOLUME_I.pdf Acessado em 03 de novembro de 2018.
- Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Manual de Procedimentos para os Atos Regulatórios das Instituições de Ensino do Sistema Estadual de Ensino do Paraná; volume II. 2014. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Manuais/MANUAL_VOLUME_II.pdf Acessado em 03 de novembro de 2018.
- Brasil. IBGE. Censo Demográfico, 2018 [acessado em 19 de outubro 2018]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/umarama/panorama>.
- Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2764>. Acessado em 19 de outubro de 2018.
- Paraná. Secretaria de Saúde. Resolução nº 0318, de 31 de julho de 2002. Norma Técnica tem por finalidade estabelecer as exigências sanitárias para instituições de ensino fundamental, médio e superior, bem como cursos livres no Estado do Paraná. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/estudual_resolucao/O2RPR318ensinofundamental.pdf. Acessado em 19 de outubro de 2018.